

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS INFORME BRASIL N° 070

Período: de 22/02/03 a 28/02/03

Franca – Brasil

- 1 - Lei de Silêncio
- 2 - Criminosos tentam invadir prédio da Aeronáutica
- 3 - Justiça Militar investiga desvio de granadas
- 4 - Presidente colombiano visitará o Brasil para discutir mediação
- 5 - Segundo ONU, narcotráfico na América do Sul é questão de segurança nacional
- 6 - Ministro da Defesa apóia previdência especial para militares
- 7 - Tropas do Exército irão ocupar o Rio de Janeiro durante o carnaval
- 8 - Editoriais e artigos analisam e criticam participação das Forças Armadas no combate ao crime
- 9 - Editorial apóia classificação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) como grupo terrorista
- 10 - Exército fiscalizará obras nas estradas federais
- 11 - Forças Armadas revistam presídios e investigam se Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) podem estar atuando próximo a presídio carioca
- 12 - Especialistas condenam uso de Forças Armadas em policiamento
- 13 - Decisão do Presidente enfrentou resistências

Lei de Silêncio

O Gabinete de Segurança Institucional (GSI) - órgão da Presidência da República vinculado ao gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, iniciou nesta segunda-feira (24) uma campanha para evitar o vazamento de informações do Palácio do Planalto. O objetivo, segundo general do Exército Jorge Armando Félix, ministro-chefe do GSI, é evitar que notícias da Presidência sejam veiculadas antes de estarem confirmadas ou serem liberadas. Denominada de "campanha de segurança de informação", ela vai lembrar aos servidores federais que "eventuais indiscrições e inconfidências" podem atrapalhar a administração do presidente, de acordo com nota distribuída pelo GSI. O órgão recomenda até que os funcionários tenham "cuidado com documentos deixados sobre a mesa: "Num primeiro momento, será distribuído aos funcionários um *e-mail*, de autoria da Presidência da República, com uma solicitação para que os servidores federais não repassem informações "inoportunas, incompletas ou sigilosas" a terceiros ou à imprensa. Também serão usados meios como palestras - nas quais também será pedida discricção aos funcionários - e distribuição de folhetos; haverá ainda cuidado com computadores e telefones. De acordo com o general Félix, os folhetos trarão orientações sobre documentação sigilosa e que também deverão divulgar um conjunto de dez regras gerais de procedimento. Entre os mandamentos, estão evitar falar assuntos delicados ao telefone e também desligar todos os computadores ao final do expediente. A idéia é que o funcionário adote "comportamento profissional, pró-ativo e preventivo, independente da relevância do cargo que exerça ou da natureza do setor em que atue", diz a nota do GSI. Quem quiser, diz Félix, também poderá encaminhar sugestões para "enriquecer" a campanha. Segundo o coronel do

Exército Leandro Esvael do Carmo, a campanha nada tem a ver com “lei da mordaca” ou falta de transparência. “A idéia do governo é manter a plena transparência”, afirma. “Mas só depois que a informação estiver acabada”. Ele diz que as medidas não vão prejudicar o trabalho da imprensa: “O interesse do jornalista é conseguir o furo. Mas o nosso interesse é preservar a informação”. (O Estado de S. Paulo – Política - 23/02/2003)

Criminosos tentam invadir prédio da Aeronáutica

Dois criminosos tentaram invadir no dia 25 o prédio do Serviço Regional de Proteção ao Voo (SRPV), órgão da Aeronáutica, na zona sul de São Paulo. No confronto um sargento e um dos bandidos ficaram feridos e o segundo bandido morreu. Até o momento não há confirmação sobre a motivação do ataque, mas há suspeitas de que os criminosos tentariam roubar armas do local. (Folha de São Paulo – Cotidiano – 26/02/03)

Justiça Militar investiga desvio de granadas

A granada M-5 de gás lacrimogêneo usada por traficantes no ataque do último dia 24 no Rio de Janeiro foi vendida pela Companhia de Explosivos Valparaíba (CEV) para o Centro de Munição da Marinha, na Ilha do Boqueirão, no Rio. A granada, que não chegou a explodir e foi recolhida pela polícia, foi fabricada pela CEV em 1991 e pertence ao lote nº 030791 (de cerca de 500 granadas), encaminhado à Marinha no dia 31 de julho de 1991. A informação foi dada à Polícia Civil pela empresa RJC Aeroespacial Ltda, sucessora da CEV. Por meio de sua assessoria, o comando do Primeiro Distrito Naval no Rio informou no último dia 25 que já começou a investigar o suposto desvio, pedindo informações ao Centro de Munição da Marinha. De acordo com um rastreamento realizado pelo jornal *O Globo*, no estoque de 35 mil armas de guerra apreendidas na Divisão de Fiscalização de Armas e Explosivos (DFAE) da Polícia do Rio, foram identificadas cerca de dez mil armas desviadas dos quartéis das polícias militares e das Forças Armadas nos últimos sete anos. Documentos confidenciais da inteligência militar obtidos pelo jornal comprovam os desvios. Em um deles (datado de 2001), assinado pelo general-de-brigada Mauro Patrício Barroso, do Comando Militar do Leste (CML), a Marinha é citada seis vezes como a destinatária de lotes de granadas produzidas pela indústria brasileira e apreendidas com traficantes do Rio. A procuradora-geral da Justiça Militar, Marisa Terezinha Cauduro, em nota divulgada em Brasília, informou que decidiu constituir um grupo de trabalho composto de um procurador e dois promotores da Justiça Militar, para fixar o número exato de armas e outros materiais de guerra furtados ou desviados. Embora acredite que o número de armas desviadas seja menor do que o identificado pela Polícia Civil, a procuradora disse que após o estudo a idéia é a reabertura de investigações e a adoção de providências junto às autoridades militares para a prevenção dessa natureza de delitos. A Procuradoria Geral da Justiça Militar também instituiu o Cadastro Nacional de Inquéritos Arquivados, cuja principal finalidade é formar um banco de dados sobre crimes não solucionados, entre os quais o furto e o extravio de material bélico das Forças Armadas. (O Globo – Rio – 26/02/03; O Globo – Rio – 27/02/03)

Presidente colombiano visitará o Brasil para discutir mediação

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai encontrar-se pela primeira vez com o presidente colombiano, Álvaro Uribe, no próximo dia 7, para discutir prioritariamente uma possível "cooperação" do Brasil em uma negociação de paz entre o governo da Colômbia e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), além da intensificação do controle sobre a atuação da guerrilha na fronteira entre os dois países. O encontro irá ocorrer logo após outra exortação do presidente colombiano aos países fronteiriços, para que estes troquem mais informações para combater os grupos armados ilegais, e também após a recusa do Brasil em classificar as Farc com grupo terrorista, sob a alegação de que tal classificação impediria o Brasil de mediar o diálogo entre as Farc e o governo colombiano para uma solução pacífica. Além disso, a alteração na classificação obrigaria o governo brasileiro a adotar mecanismos de bloqueio dos bens da organização e controle de seus movimentos financeiros no Brasil, bem como autorizar a captura de seus membros em território brasileiro. Diante da atual evolução do conflito, o Itamaraty avaliou que o risco de um atentado contra diplomatas brasileiros na Colômbia aumentou e o próprio ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, admitiu que a Embaixada do Brasil em Bogotá recebeu ameaças de bomba nos últimos dias. O jornal *Folha de São Paulo* apurou que está em exame a possibilidade de reforçar a segurança da embaixada brasileira na Colômbia. Segundo o embaixador da Colômbia no Brasil, Jorge Enrique Garavito, a polêmica sobre a classificação Farc já assunto superado. De acordo com Garavito, o Brasil já atendeu ao pedido da Colômbia ao aprovar, na semana retrasada, uma declaração da OEA (Organização dos Estados Americanos) na qual as ações das Farc são descritas como atos terroristas. (O Estado de São Paulo – Internacional – 25/02/03; O Estado de São Paulo – Internacional – 26/02/03; Folha de São Paulo – Brasil – 26/02/03; O Estado de São Paulo – Internacional – 27/02/03; Folha de S.Paulo – Mundo – 28/02/03; Correio Braziliense – Mundo – 28/02/03; Correio Braziliense – 28/02/03)

Segundo ONU, narcotráfico na América do Sul é questão de segurança nacional

O tráfico de drogas na América do Sul está cada vez mais ligado a questões políticas e de segurança nacional, segundo o relatório da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes da Organização das Nações Unidas (ONU), publicado no último dia 25, em Viena (Áustria). O relatório adverte que "as organizações de narcotraficantes representam uma grave ameaça para a ordem pública de vários países" da região, incluindo o Brasil, "no momento em que o consumo de drogas parece aumentar em toda América do Sul". O documento destaca que o cultivo da maconha aumentou em toda a América do Sul, que é o principal consumidor da droga. "Do total das apreensões de maconha na região, 50% ocorreram no Brasil e 25% na Colômbia". Segundo a organização, é preciso reconhecer os esforços de diversos governos da América do Sul para neutralizar estes grupos, o que tem unido as autoridades de vários países, lideradas pelos Estados Unidos. O exemplo mais claro é o Plano Colômbia, que "recebe apoio dos EUA e representa o esforço mais importante para reduzir a oferta de drogas ilícitas na América do Sul". O órgão reforça que as medidas adotadas no Plano Colômbia estão sendo coordenadas com ações similares aplicadas pelas autoridades do Brasil, Bolívia, Equador,

Panamá, Peru e Venezuela. A Junta também aplaude a cooperação entre os diferentes países, concretizada, sobretudo na Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), que inclui o controle de substâncias químicas utilizadas no refino de drogas e a ampliação das fiscalizações nas fronteiras. A organização salienta ainda as iniciativas legais de Venezuela e Chile para reprimir o tráfico de drogas e a lavagem de dinheiro, a organização criada pelo Paraguai para combater o tráfico de cocaína na região do Chaco e as novas leis de repressão ao narcotráfico adotadas no Equador. O documento reconhece que praticamente todos os países da América do Sul, como produtores ou rota do tráfico de drogas, sofrem direta ou indiretamente com o narcotráfico. (Folha de São Paulo – Mundo – 25/02/03; Jornal do Brasil – Brasil – 25/02/03)

Ministro da Defesa apóia previdência especial para militares

O ministro da Defesa, José Viegas, declarou seu apoio nesta terça-feira (25) à manutenção de um regime especial para o sistema de previdência dos militares. "Não entendo de nenhuma maneira que os militares brasileiros gozem de privilégios. Ao contrário, sempre pude constatar os sacrifícios e as renúncias da vida militar", afirmou Viegas para uma platéia lotada de militares no Círculo Militar do Rio. Segundo o ministro, os militares não têm direitos como os outros trabalhadores, pois não podem participar de sindicatos ou de partidos políticos e fazer greve. Viegas não revelou nenhuma das mudanças propostas pelo governo para a reforma da Previdência. (Folha de São Paulo – Brasil – 25/02/03)

Tropas do Exército irão ocupar o Rio de Janeiro durante o carnaval

A governadora do Rio, Rosinha Matheus, pediu neste dia 26 e vai receber o apoio de tropas federais para garantir a segurança no Estado durante o Carnaval. O pedido foi feito durante um encontro entre a governadora e os ministros José Dirceu, da Casa Civil, e Márcio Thomaz Bastos, da Justiça. Participaram da reunião também o chefe do Comando Militar do Leste, general Luiz Seldom da Silva Muniz; o superintendente da Polícia Federal no Rio, Marcelo Itagiba; o secretário de Segurança Pública, Josias Quintal, e o chefe de Polícia Civil, Álvaro Lins. A governadora redigiu um documento formalizando o pedido de reforço de 3 mil homens das Forças armadas e foi atendida pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva. O trabalho das Forças Armadas será o patrulhamento ostensivo e ficarão de prontidão nos quartéis para serem acionados a qualquer momento. Marinha e Aeronáutica também ficarão de sobreaviso. Por enquanto, está descartada a participação dos militares em operações nas favelas cariocas. Inicialmente, o patrulhamento começará na madrugada de sábado (28) e se estenderá até a madrugada de quarta-feira. Está previsto policiamento no Aterro do Flamengo, na Avenida Brasil, nas linhas Vermelha e Amarela, nos túneis Rebouças, Santa Bárbara e Dois Irmãos. O Exército também deverá pôr soldados de elite para sobrevoar o Rio em helicópteros. Como o Exército não dispõe dos 3 mil homens solicitados, militares de Caçapava (interior do Estado de S.Paulo) reforçarão o efetivo. O secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, justificou a presença do Exército no Rio afirmando que as instituições democráticas estão em risco diante do terror imposto pelo crime. Apesar de considerar que o Exército não está preparado para ser polícia, ele considera que a atual situação

exige tal participação para complementar o trabalho das forças de segurança em defesa das instituições. Inicialmente, o ministro da Defesa José Viegas defendeu um reforço do efetivo de policiais e não a substituição por efetivos militares, que não são destinados à função policial, mas lembrou que a medida tem respaldo no artigo 142 da Constituição brasileira: "A decisão visa a garantir a segurança da população e reflete a firme disposição de prevalecer o império da lei e da ordem". O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, compartilhava da mesma opinião inicial e Viegas; contudo, os ministros reconsideraram suas posições depois da realização da reunião com a governadora Rosinha, a pedido do presidente Lula. O presidente manifestou sua indignação com os ataques realizados pelo tráfico à população do Rio: "É firme minha convicção de que a população do Rio de Janeiro, bem como de todo o Brasil, não pode ficar refém do crime organizado", disse Lula, que defendeu a utilização das Forças Armadas afirmando que é a atitude legítima em situações de emergência. Em reunião com a bancada fluminense do Congresso nesta quinta-feira (27), ele disse que enfrentará o crime "como nunca nenhum presidente enfrentou antes". O presidente disse aos congressistas que o uso do Exército é legítimo em casos excepcionais. Os militares brasileiros já participaram anteriormente de operações dessa natureza, como o apoio às eleições do ano passado; em 1994, na Operação Rio, quando soldados do Exército e fuzileiros navais ocuparam as ruas e subiram as favelas mais violentas da cidade, e da Rio-92: na ocasião, 35 mil militares cuidaram do policiamento do evento. Autoridades não descartam a hipótese das Forças Armadas permanecerem no Rio após o Carnaval, se o governo federal considerar necessário. Uma nova avaliação da situação no Rio será feita logo após o carnaval. A governadora do Rosinha afirmou que, a princípio, não acha necessária a permanência do Exército após o Carnaval, mas, caso mude de idéia, poderá conversar com a União. (Jornal do Brasil – Rio – 22/02/03; Folha de São Paulo – Cotidiano – 25/02/03; O Globo – Rio – 25/02/03; Folha de São Paulo – Cotidiano – 26/02/03; O Globo – Rio – 26/02/03; Correio Braziliense – Últimas – 26/02/03; Jornal do Brasil – Rio – 26/02/03; O Estado de São Paulo – Cidades – 26/02/03; O Globo – Rio – 27/02/03; O Globo – Plantão – 27/02/03; Jornal do Brasil – Rio – 27/02/03; O Estado de S.Paulo – Cidades – 28/02/03; O Globo – Rio – 28/02/03; Jornal do Brasil – Rio – 28/02/03)

Editoriais e artigos analisam e criticam participação das Forças Armadas no combate ao crime

O *Jornal do Brasil* dedicou os editoriais dos dias 26 e 27 para criticar a participação das Forças Armadas no Rio de Janeiro no combate às ações do crime organizado. Segundo o jornal, as Forças Armadas não deveriam atuar como polícia já que não é esta sua função e que, em contrapartida, os efetivos policiais deveriam ser treinados adequadamente e capacitados, principalmente no que se refere aos serviços de inteligência. Outra afirmação crítica foi a respeito da falta de uma política eficaz de segurança no Estado, o que ocasiona crises periódicas de segurança e equívocos quanto ao papel das Forças Armadas. Em coluna publicada no jornal *O Globo*, Teresa Curvinel analisa a participação federal no combate ao crime organizado no Rio de Janeiro como parte das promessas de campanha do presidente Lula, e que, embora a decisão da utilização das Forças Armadas no combate ao crime seja

alvo de críticas e controvérsias, caso Lula não a tomasse seu governo sofreria um desgaste político, inclusive sob o ponto de vista das relações entre o governo federal e a governadora do Rio, Rosinha Garotinho, que já vinha se deteriorando há tempos. (Jornal do Brasil – Editorial – 26/02/03; Jornal do Brasil - Editorial – 27/02/03; O Globo – Colunas – Panorama Político – Teresa Curvinel – 28/02/03)

Editorial apóia classificação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) como grupo terrorista

No editorial do jornal *Folha de São Paulo* a classificação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) como grupo terrorista foi defendida, sob o argumento de que o grupo vem exercendo nada mais que atos terroristas, pois seus objetivos de ataque são contra civis. De acordo com o jornal a diplomacia brasileira deveria acatar o pedido da Colômbia e classificar o grupo como terrorista, já que isto não significaria uma intervenção direta dos Estados Unidos e nem iria comprometer para sempre as possibilidades do Brasil intermediar um futuro processo de paz. Segundo a *Folha*, depois dos diversos atentados das últimas semanas é difícil acreditar numa solução pacífica em curto prazo, principalmente diante das imbricações entre a guerrilha e o narcotráfico. A única solução plausível seria a quebra do ciclo guerrilha – drogas – terror, vencendo militarmente as Farc ou eliminando sua fonte de financiamento. (Folha de São Paulo – Editorial - 25/02/03)

Exército fiscalizará obras nas estradas federais

O ministro do Trabalho, Anderson Adauto, anunciou ontem o Programa de Recuperação e Manutenção de Rodovias Federais. Este ano e em 2004, 42 mil quilômetros dos 53 mil asfaltados serão conservados (tapagem de buracos e recapeamento de trechos) ou restaurados totalmente. As obras deste ano custarão R\$ 700 milhões, já garantidos no orçamento. As obras serão fiscalizadas por dez técnicos do ministério e 20 do Exército. (O Globo – O País – 28/02/03)

Forças Armadas revistam presídios e investigam se Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) podem estar atuando próximo a presídio carioca

O secretário estadual de Administração Penitenciária, Astério Pereira dos Santos, afirmou que a possibilidade de atuação da guerrilha, provavelmente das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), no tráfico de drogas no Rio, vem preocupando o Comando Militar do Leste. Segundo Astério, a polícia investiga a movimentação de guerrilheiros nas proximidades do Complexo Penitenciário de Bangu, localizado na Zona Oeste da cidade do Rio. A atuação do Exército na operação de revista nos presídios Bangu 3 e 4, nesta quinta-feira (27) está ligada à suspeita da presença de guerrilheiros colombianos no Rio. A participação do Exército foi pedida pela Secretaria de Administração Penitenciária para que aparelhos utilizados para detectar minas pudessem ser usados na varredura. O equipamento, que funciona como um sonar, é capaz de detectar objetos de metal que estejam escondidos atrás de paredes ou enterrados sob o chão das celas. Ao todo, foram apreendidos 113 celulares, 13 baterias, três rádios transmissores, dois carregadores de pistola, 108 munições para pistolas e revólveres, duas facas e dois facões, além de

drogas, uma balança de precisão e um computador portátil, que estava enterrado sob o chão de uma das celas. Toda a área em torno das penitenciárias de Bangu 4 passou a ser policiada pela Polícia Militar, inclusive com a utilização de barricadas. A suspeita da presença de guerrilheiros no Rio já havia sido detectada pela polícia carioca em dezembro, quando um plano de fuga no complexo de presídios foi frustrada por uma investigação da Divisão Anti-Seguestro. Na época, a informação foi repassada ao Comando Militar do Leste. Segundo Astério, dois dias após o plano de fuga ter sido frustrado, chegou à polícia a informação de que um homem, que falava “um idioma estrangeiro”, foi visto numa mata próxima ao muro de Bangu 4. No local, foi encontrado pela polícia um detonador de explosivos e uma farda camuflada. A polícia também recebeu uma denúncia de que pessoas com "sotaque estranho" foram vistas circulando na Favela Catiri, também próximo ao complexo penitenciário de Bangu. (Jornal do Brasil – Rio – 28/02/03; Correio Braziliense – Brasil – 28/02/03)

Especialistas condenam uso de Forças Armadas em policiamento

Especialistas em direito e segurança pública declararam ser contrários ao uso das Forças Armadas no combate ao crime organizado no Rio. "Na minha opinião as Forças Armadas só deveriam ser utilizadas em casos de grande excepcionalidade", disse o presidente em exercício da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em São Paulo, Orlando Maluf Haddad. "Em tese, não concordo com essa saída, uma vez que eles não são preparados para a finalidade de policiamento", afirmou Haddad. Para ele, o que está acontecendo no Rio é uma demonstração da impotência da polícia carioca no combate ao crime organizado. O Secretário Nacional de Segurança Pública do governo Fernando Henrique Cardoso, coronel José Vicente da Silva, também diz ser contra a utilização dos militares: "Isso só deve ser feito se a gravidade do problema evoluir, colocando em riscos as instituições". Vicente também acredita que as Forças Armadas não estão preparadas para o confronto urbano: "Para que elas possam atuar é necessário que haja planejamento do local e do momento mais adequado para agir". Na opinião de Vicente, o Exército deveria atuar no apoio aos policiais, que fariam a abordagem e a revista dos suspeitos. Ele defende a criação da Guarda Nacional, que agiria em casos de conflito, greves de policiais e eventos de grande repercussão social, aprendendo na prática a lidar com a população e criminosos. (O Estado de S.Paulo – Cidades – 28/02)

Decisão do Presidente enfrentou resistências

A decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de empregar as Forças Armadas no combate ao crime organizado no Rio enfrentou resistências. Além da oposição dos próprios militares, outros setores no Planalto argumentaram que tropas federais não são treinadas para enfrentar bandidos. "Mas o presidente sentiu que precisava dar uma resposta à população", disse um assessor de Lula. "A manifestação criminosa deu um salto qualitativo e colocou em risco o carnaval no Rio". O Planalto garante que se criminosos insistirem em enfrentar o Exército, colocará em vigor outros planos de que já dispõe. (O Estado – Cidades – 28/02/03)

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correioweb.com.br

Folha de S.Paulo: www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo: www.estadao.com.br

O Globo: www.oglobo.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand e Adele Godoy, bolsistas CNPq/Pibiq, e coordenado por Luciene Capellari. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo